

Editorial

A questão da dívida pública interna

A questão da dívida pública interna, mencionada, entre todas as outras graves questões nacionais, no discurso de ontem do deputado Ulysses Guimarães, não tem sido apreciada pela sociedade na sua verdadeira extensão nem no seu poder latente de causar eventualmente grave dano ao patrimônio dos aplicadores com repercussões sobre a estabilidade e a credibilidade de todo o sistema financeiro nacional. A dívida interna, elevada a 13 trilhões de cruzeiros, vem sendo continuamente realimentada pelo seu próprio "serviço", desenvolvendo-se como bola de neve que ameaça a solvência do governo.

O fenômeno do crescimento imoderado da dívida interna é mais um efeito da distorção a que foram submetidos os diversos instrumentos de política econômica. A emissão de títulos públicos se destina, conceitualmente e legalmente, a funcionar como reguladora do mercado monetário, mas no Brasil recente foi utilizada para financiar o dispêndio do setor público. Por esse caminho chegou ao patamar onde se encontra.

Qual o resultado previsível de uma situação de crescimento constante e virtualmente descontrolado da dívida pública? Não é outro senão, em dado momento, a desastrosa moratória interna, porque se vai chegar ao momento em que o

governo simplesmente não poderá resgatar seus papéis em poder do público. Ora, quais são, por outro lado, as consequências de uma moratória interna? Seria a perda completa da credibilidade do sistema financeiro que agencia as aplicações do público em ORTN e LTN. O congelamento eventual dos créditos do público no open market lesionaria a confiança em todas as demais aplicações, sejam elas garantidas ou não.

A moratória interna, está visto, é um desastre de vastas proporções, mas estamos caminhando a passos largos em sua direção, porque o governo não consegue estancar a emissão de papéis, impulsionada que está pela demanda da conta de "Serviço" e ainda por novos déficits que são cobertos por emissões novas. O caminho a seguir, não há outro disponível no mercado das idéias factíveis, é reduzir drasticamente o dispêndio do setor público de modo a gerar superávits capazes de suportarem um programa de lento e continuado resgate dos papéis em poder do público. Se esta decisão não for tomada logo o endividamento interno ultrapassará a capacidade do governo de administrar a situação, precipitando forças autônomas da mesma natureza daquelas que já se vão configurando no setor externo.